

## PREFÁCIO

Marina Machado Gouvêa

O *neoliberalismo enquanto forma da reprodução capitalista* emerge a partir da crise da década de 1970. Baseia-se no aprofundamento da mercantilização onde a mesma já prevalecia, mas também em sua expansão para espaços geográficos e atividades de reprodução material da vida nos quais, antes, as relações sociais de produção capitalistas não eram ainda predominantes. Neste movimento, há uma marcada *centralização de capitais*, que aprofunda os traços do imperialismo (aqui entendido como fase capitalista-madura alicerçada na concentração, centralização e transferência de valor), e uma ferocíssima *expropriação primária e secundária* da classe trabalhadora, com a privatização de bens coletivos, o aumento na expropriação direta e a destruição massiva de direitos anteriormente conquistados. Processo este refletido na ampliação da pobreza e da miséria. Ao mesmo tempo, a exploração insaciável dos recursos naturais coloca em risco a própria sobrevivência humana e das demais espécies do planeta, tendo acelerado uma nova era de megaextinção, agora propiciada pela ação humana.

### **Vivemos uma época marcada pela *dimensão catastrófica da crise capitalista*.**

Nosso período histórico, capitalista-imperialista-neoliberal, caracteriza-se por uma *ampliação da extração de mais-valia*, fundada nesta expropriação sem precedentes da classe trabalhadora e dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, demarcam-se um novo papel do capital fictício no ciclo do capital, a mudança nas relações interestatais, transformações na divisão internacional do trabalho, um arraigamento da dependência e a exacerbação da divisão racial e binário-generificada do trabalho. Testemunhamos ainda uma *transformação das subjetividades*, com a radicalização do individualismo e o aparente esvanecimento de horizontes utópicos que outrora prometiam uma vida melhor, junto à derrota ou abandono de projetos socialistas em diversas partes do mundo.

Uma compreensão exata do neoliberalismo só pode partir, porém, do estudo sobre a luta de classes. O neoliberalismo deve ser entendido também como processo de *ofensiva da classe dominante*, em contraposição a uma situação mais defensiva na qual a mesma se encontrou durante grande parte do século XX. Se, por um lado, as mudanças acima descritas já se faziam necessárias à acumulação de capital a partir da crise de 1970, por outro, a aceleração da expropriação só se torna possível com a vitória capitalista na Guerra Fria, a queda do Campo Socialista e a debilitação do horizonte de superação do capitalismo nas formas de resistência da classe trabalhadora. Muitos dos próprios territórios que antes compunham o mundo socialista, ou mesmo uma parte das articulações de luta e de resistência, tornam-se também espaços de acumulação de capital.

No início do século XXI, as múltiplas resistências à transformação neoliberal que se acentuara na década de 1990 dão espaço a uma série de governos que buscam reduzir o ritmo desta, impedir-la, ou mesmo retomar um horizonte utópico socialista. Muitos destes governos

se baseiam em projetos de corte democrático-popular e desenvolvimentista sustentados em políticas de conciliação de classes. Tais governos não podem romper com o neoliberalismo, posto que o mesmo não se constitui apenas em um conjunto facultativo de políticas, mas na própria tecitura da reprodução capitalista em nossa época. No caso das experiências mais à esquerda, deu-se um paulatino estrangulamento a partir inclusive da contraditória relação de parceria e antagonismo com as experiências desenvolvimentistas ou neodesenvolvimentistas.

É neste contexto que se precipita a crise capitalista atual, iniciada em 2007-2008 e aprofundada exponencialmente pela emergência da COVID-19. *A crise presente não alterou estes traços, mas sim agudizou-os.*

A partir de seu desdobramento inicial, passam a ser progressivamente inviabilizados os governos amparados em distintos arcos de conciliação de classes, e as poucas experiências mais à esquerda enfrentam dificuldades cada vez maiores para subsistir. Muitas formas históricas de organização trabalhadora haviam se desarticulado ou sido cooptadas, ao passo em que a diminuição das taxas de lucro pressiona a classe dominante a exigir uma expropriação e transformação das relações de trabalho ainda mais acirradas. Por sua vez, o impacto da crise sobre as subjetividades incita a perspectiva de conservação individual do que se tem, ampliando o conservadorismo. Assim, a atual *mudança dos blocos no poder* ao redor do mundo é um traço não-circunstancial componente do momento atual. Reflete-se em um período de aumento de golpes de Estado e na *emergência da extrema direita e do neofascismo*, hoje tristemente relevantes. E abre as portas para o açodamento da destruição das regulamentações ambientais, das legislações trabalhistas, do predomínio do trabalho intermitente e/ou mediado por aplicativos, da reiteração da divisão racial, binário-generificada e territorial do trabalho, da centralização do capital sob o comando da colonização digital sobre a reprodução da vida, entre outros aspectos.

O aprofundamento do neoliberalismo e a emergência da ultradireita e do neofascismo têm tido profundo impacto sobre a Política Social ao redor do mundo e no Brasil, por meio da redução do papel do Estado na provisão de serviços públicos, da privatização de setores essenciais como saúde, educação e previdência, e da nova regulamentação do mercado de trabalho. No Brasil, essas tendências se manifestam através de reformas que desmantelaram direitos trabalhistas e sociais conquistados ao longo de décadas, intensificando a precarização e a informalidade. Há ainda uma pressão pela intensificação do racismo, da misoginia, da heteronormatividade e de uma unidade familiar idealizada.

Esta combinação de fatores resulta em uma sensação generalizada de impotência e desesperança, ampliada pela dimensão catastrófica da crise contemporânea. O pavor do futuro tem alimentado produções midiáticas que retratam cenários apocalípticos e pós-apocalípticos, talvez ainda com maior frequência que durante a corrida nuclear, refletindo o medo coletivo de que o colapso civilizacional seja iminente. A intensificação das mudanças climáticas, a degradação ambiental e a disseminação de doenças como a COVID-19 são apenas alguns sinais mais visíveis desta crise profunda. Refletem o atual acirramento da contradição entre as relações sociais de produção capitalistas e o desenvolvimento das forças produtivas, aqui entendido não somente como desenvolvimento técnico ou tecnológico, mas como capacidade teleológica de afastamento das barreiras imediatamente colocadas à sobrevivência humana.

No entanto, é destas contradições que se alimenta a história. E nosso sangue está repleto de luta. Cada vez mais, se visibilizam *lutas alicerçadas na própria materialidade da reprodução social da vida* e nas dificuldades, na sociedade em que vivemos, para comer, beber, morar, vestir-se, criar os filhos, frequentar espaços públicos, conseguir dinheiro para comprar as mercadorias necessárias à reprodução da vida, ter acesso a entretenimento e lazer, sobreviver ao aquecimento global, à seca do ar ou às inundações existentes e iminentes. Visibilizam-se lutas que têm base imediata e explícita na dificuldade de existir e se reproduzir na sociedade em que vivemos, majorada e particularizada a depender da racialização e da generificação social às quais se esteja submetido.

Multiplicam-se as lutas contra a exploração desenfreada da natureza e as consequências de desastres naturais, como as lutas contra a mineração ou contra a privatização da água na Bolívia, a resistência de populações atingidas por desastres como os ocorridos em Brumadinho ou no rio Grande do Sul, ou mesmo a luta ambientalista pela preservação das espécies e biomas hoje existentes. Um dos principais eixos da expansão capitalista no Brasil é hoje a Amazônia e, mais que nunca, é necessário compreender a relação entre a destruição do planeta e o capitalismo.

Multiplicam-se também as lutas por terra e por moradia digna (muitas vezes relacionadas ao bem-viver ou a uma melhor relação com a natureza da qual somos parte), pelo direito à existência, sobrevivência e autodeterminação de povos originários, pelo direito à existência e sobrevivência nas periferias, contra a letalidade policial direcionada a homens negros, por melhores condições de trabalho intermitente e mediado por aplicativos.

As enormes conquistas das lutas feministas e antirracistas expõem quais são as parcelas populacionais mais exploradas na concretude da reprodução capitalista e a enorme dimensão que o trabalho reprodutivo não mercantilizado e invisibilizado ocupa na dinâmica da acumulação de capital contemporânea. Uma parcela das lutas feministas tem sido particularmente responsável por jogar luz sobre o trabalho envolvido na reprodução da própria força de trabalho, ao passo em que as lutas antirracistas conquistaram o reconhecimento do caráter estruturante do racismo para o sistema capitalista. O racismo é fundamental na reprodução da dependência no sistema capitalista mundial e na constituição da classe trabalhadora ao redor do mundo. Raça e classe são indissociáveis. No Brasil, em particular, a racialização é a principal determinação constitutiva do proletariado.

A crise atual, portanto, é econômica, política, geopolítica, ideológica, ambiental, civilizatória. Representa uma crise dos próprios ideais civilizatórios da modernidade capitalista e da noção de um pretense ‘sujeito universal’ idealizado, fundado em uma imaginária universalização da branquitude, masculinidade e propriedade dos meios de produção – como se estas não fossem também particularidades. Este ‘homem universal’ foi entendido, ainda, como senhor da natureza, da qual poderíamos dispor ao nosso bel-prazer, como se nós mesmos não a compuséssemos.

Mais do que nunca, o estudo do capitalismo é essencial para a transformação da sociedade em que vivemos, beneficiando toda a humanidade. *A compreensão da relação necessária entre a luta anticapitalista e as muitas lutas pelo direito à existência é tarefa imediata e imprescindível, para a qual o marxismo pode contribuir imensamente.* Vivemos hoje a possibilidade de uma fértil e mais que necessária reivindicação da resistência do marxismo no período anterior, junto à desidealização, agora possível, da noção de uma classe trabalhadora abstratamente heroica e

cujas próprias materialidades são imaginadas como constitutivas de ‘contradições secundárias’ em termos de raça, gênero e território.

No campo do Serviço Social, a compreensão sobre o capitalismo contemporâneo é particularmente relevante, pois permite uma atuação e pesquisa mais eficazes e críticas. A reprodução capitalista, na totalidade de sua concretude, fundamenta a ‘questão social’, molda as condições de vida das populações atendidas e condiciona o arco de possibilidades e limitações da Política Social no seio da luta de classes. Profissionais de Serviço Social que possuem um entendimento crítico dessas dinâmicas são mais capazes de identificar as raízes estruturais dos problemas sociais, em vez de apenas tratar seus sintomas. Esse conhecimento permite desenvolver intervenções no sentido da disputa por uma sociedade mais justa e equitativa.

O volume que você tem em mãos, “Capitalismo, Crise e Estado: ataques à natureza, aos direitos e ao trabalho”, apresenta uma coletânea de artigos e é lançado junto a outras duas coletâneas, que também compõem a *Coleção José Paulo Netto*, publicada pela Editora Navegando em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS-ESS/UFRJ). A coleção, lançada no final de 2023, visa a incentivar e apresentar a produção do PPGSS, sobretudo a pesquisa do corpo discente e egresso.

Esta coletânea é fruto da submissão de trabalhos por estudantes e egressos dos cursos de Mestrado e Doutorado no PPGSS-ESS/UFRJ desde 2020 até este momento, bem como da contribuição de artigos por parte dos organizadores dos volumes. Para este volume, contamos com o primoroso trabalho de organização de Mossicleia Mendes da Silva, professora do PPGSS-ESS/UFRJ, e de Daniel Silveira Lopes e Júlia Barcelos Bittencourt, estudantes do programa.

Abrindo o livro, temos o trabalho assinado pelos grupos de organizadores, **Mossicleia Mendes da Silva, Daniel Silveira Lopes e Júlia Barcelos Bittencourt**, “Crise capitalista e reprodução social: o desmonte do sistema protetivo e o acirramento das desigualdades”, que analisa os impactos da crise do capital e da radicalização neoliberal sobre a reprodução social contemporânea no Brasil, especialmente após o golpe de Estado de 2016. Destaca-se o recrudescimento das medidas de austeridade fiscal e o desmonte dos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas no Brasil. A pesquisa problematiza o agravamento das desigualdades estruturais de raça, gênero e classe, exacerbadas pela ascensão de governos de extrema direita, pela crise sanitária e pelo aumento da exploração da força de trabalho.

Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos, por sua vez, analisa especificamente o “Padrão predatório do mercado de trabalho brasileiro pós-Golpe de 2016”, discutindo a precarização das relações trabalhistas no Brasil após o golpe de 2016. A análise mostra como as reformas legislativas dos governos Temer e Bolsonaro aprofundaram a informalidade e o desemprego.

Silvia Silva Martins Pinheiro também se debruça sobre a legislação trabalhista, no artigo “O Estado neoliberal e a crise do capital: breve análise sobre a relação entre a contrarreforma trabalhista e o avanço da corrosão das relações de trabalho no Brasil”. Seu estudo analisa os impactos da Lei nº 13.467 de 2017 sobre as relações de trabalho, buscando indicar que a contrarreforma trabalhista, junto a políticas de teor neoliberal, intensificaram a precarização do trabalho e a expropriação de direitos.

Renato de Brito Gomes, no artigo “Gramsci, formação social e neofascismo brasileiro”, adota a noção de neofascismo para a compreensão da história recente no Brasil. Utilizando-se categorias de Gramsci, o autor busca investigar sua gênese e consolidação. A análise destaca ainda, especificamente, a aliança entre a pequeno-burguesia e a grande burguesia na promoção de reformas ultraliberais.

Vanderlei Martini, no artigo “A decadência ideológica da burguesia brasileira e suas implicações sobre a classe trabalhadora”, por sua vez, aponta a existência de uma decadência ideológica da burguesia no contexto do capitalismo maduro. A análise destaca a rejeição a reformas progressistas e o impacto negativo sobre a organização e as condições de vida da classe trabalhadora, especialmente mulheres e negros.

Higor Claudino Oliveira e Gláucia Leis Alves, por sua vez, tecem “Reflexões Críticas ao Existencialismo”. Destacam a centralidade do conceito de angústia na tradição existencialista e sua relação com instabilidades introduzidas pelo capitalismo, indicando as condições históricas e sociais que facilitaram o surgimento e desenvolvimento desta corrente teórico-política. A partir desta reflexão, contrastam a abordagem existencialista à dialética marxista, sugerindo que a perspectiva existencialista ignora a complexidade da totalidade social e as dinâmicas históricas mais amplas.

Chantal Liegeois, por sua vez, investiga o extrativismo capitalista clássico aplicado à exploração de um novo recurso natural, o lítio – imprescindível à digitalização na reprodução capitalista contemporânea. A disputa pelo lítio pode ter cumprido papel relevante nas recentes tentativas de golpe de Estado na Bolívia, país sobre o qual a autora foca sua análise, em “O lítio é o novo Ouro Branco? Capitais, Estado e luta de classes na Bolívia”.

O artigo de Abilio Soares Maiworm-Weiand, “Inserção do capital na produção de alimentos 'saudáveis': um estudo da Fazenda da Toca (SP)”, por outro lado, investiga a transição de grandes propriedades agrícolas para práticas biodinâmicas e orgânicas no Brasil. A análise destaca a crise ambiental e a expansão do mercado de alimentos tidos como saudáveis como ramo da acumulação capitalista, utilizando a empresa Fazenda da Toca como estudo de caso.

No artigo de Guilherme de Rocamora, temos um movimento de foco da investigação para a compreensão da dinâmica de reprodução capitalista em escala local, no Rio de Janeiro. Em particular, para os Aparelhos Privados de Hegemonia envolvidos nessa reprodução. Em “Estado ampliado no Rio de Janeiro: a Firjan e o Arco Metropolitano”, o autor examina a relação entre a Firjan e o Estado na promoção de infraestruturas logísticas no Rio de Janeiro. A construção do Arco Metropolitano é caracterizada como um projeto para impulsionar a exportação e a acumulação de capital no estado.

Natália Coelho de Oliveira, por sua vez, analisa particularmente a participação social nas Conferências das Cidades e no Conselho das Cidades entre 2003 e 2016. A autora discute como a institucionalidade burguesa limitou a efetividade desses espaços de participação política, em “A luta pelo Direito à Cidade e os limites da institucionalidade burguesa: embates de projetos de cidade”.

O volume reúne, portanto, investigações críticas multifacetadas, inspiradas em uma abordagem materialista histórica e dialética. Abrange estudos acerca dos impactos da crise capitalista e da radicalização neoliberal sobre a reprodução social contemporânea no Brasil no que se refere à Política Social e à legislação trabalhista, ao neofascismo e à decadência ideológica da burguesia brasileira, em especial nos direitos de mulheres e da população negra.

Abrange também as relações entre capitalismo e exploração ambiental, a noção de antropoceno, a nova geopolítica de extração de recursos na Bolívia e a agroindústria orgânica no Brasil. Debate, ainda, uma análise de caso sobre os limites da participação política na institucionalidade burguesa e se debruça sobre as particularidades da dinâmica de reprodução capitalista local no Rio de Janeiro.

Tal diversidade temática proporciona não apenas uma visão abrangente sobre os desafios de nossa época, mas a chance de que, no conjunto, possamos nos esforçar para recuperar o princípio da totalidade na construção do marxismo. A realidade só existe em sua concretude e só existe enquanto totalidade. O conjunto da reprodução social deve ser entendido como unidade.

No capitalismo, as decisões e interesses da burguesia são determinantes precisamente porque dispõem sobre a capacidade produtiva e a (re)produção material da vida, por meio da propriedade privada sobre os meios de produção. Cabe à classe trabalhadora o salto qualitativo no questionamento deste poder.

A atual dimensão catastrófica da crise capitalista coloca em xeque a capacidade de que este modo de produção atenda às necessidades sociais coletivas, bem como sua capacidade de seguir contribuindo para a própria sobrevivência humana e das demais espécies do planeta. Assim, a reivindicação do direito à vida tem uma potência monumental, frente à dimensão gigantesca da morte hoje a nós imposta.

Esta quadra histórica exige respostas que considerem o conjunto das relações sociais como totalidade, superem uma noção de desenvolvimento das forças produtivas construída como antagônica à própria manutenção da vida e entendam a racialização e a binário-generificação não apenas como ‘recortes específicos’, mas como dimensões fundamentais à própria reprodução capitalista. Apenas assim poderemos compreender e transformar a realidade de forma a resgatar a esperança de um futuro melhor para nós e para todas as formas de vida no planeta.

Esperamos, com este volume e com o trabalho do PPGSS, poder aportar um grãozinho à construção da massa analítica crítica que venha a contribuir para a tarefa de compreensão do capitalismo contemporâneo como fundamento para as lutas que, em nosso cotidiano, compõem a história.

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2024.

Marina Machado Gouvêa  
Professora do PPGSS/ESS